

LIMITES E DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: A SUSTENTABILIDADE EM QUESTÃO

*Jefferson Marçal da Rocha¹
Alfio Brandenburg²*

Resumo

Neste artigo duas preocupações são levantadas: o futuro da agricultura familiar na atual trajetória de expansão capitalista, a denominada globalização, e quais as estratégias de produção que o agricultor familiar tem e/ou poderá vir a ter, a fim de que se construa no meio rural uma consciência econômica, social e ecológica baseadas na sustentabilidade homem/natureza, na perspectiva que isso é possível. A proposta será analisar se a agricultura familiar irá resistir a avassaladora racionalidade econômica que orienta a economia de mercado. Ou encontrará novos mecanismos de sustentabilidade?

Palavras-Chave: Agricultura familiar, Racionalidade, Sustentabilidade.

Abstract

In this article two issues are raised with great concern: the future of the familiar agriculture in the current path of the capitalist expansion, the so called globalization, and which production strategies farmers have and/or will be able to have, in order to construct, in the middle rural area, an economical social, and ecological conscience, based in the sustainability man/nature, in the perspective that that is possible. The proposal will analyze if the familiar agriculture will resist the overpowering economical rationality that guides the market economics. Or will it find new mechanisms of sustainability?

Keywords: Familiar agriculture, Rationality, Sustainability.

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional- UNISC, Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento- MADE-UFPR, Bolsista Capes. Email: jeffersonmrocha@bol.com.br

² Doutor em Sociologia; professor do departamento de sociologia da UFPR e do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento- MAD- UFPR . Email: alfio@onda.com.br

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de um dos temas mais polêmicos e controversos no que se refere à *questão agrária*, neste início de século XXI: a agricultura familiar. A dúvida que existe desde a metade do século XIX, ainda persiste: Qual será o destino da agricultura familiar³ na trajetória da expansão capitalista?

A discussão principal ainda não fugiu àquela debatida nos textos clássicos de Lenin, Chayanov, Stalin, Kautsky, Tepicht, etc, ou seja, a incerteza em afirmar se a expansão capitalista levará irreversivelmente ao fim a agricultura familiar ou esta “entidade” milenar resistirá, através de renovadas estratégias de sobrevivência, diante de mais uma etapa do processo do desenvolvimento do sistema capitalista? Ainda numa perspectiva mais atual se busca discutir, também: Quais os rumos da agricultura familiar diante do processo de globalização da economia que se acelerou nas últimas décadas? Quais os efeitos econômicos e sociais das novas estratégias de produção, para alguns *peculiares*, adotadas pelos agricultores familiares nestes últimos anos?

Reconhece-se que já existem várias políticas e práticas desenvolvidas em todo mundo na busca não só da sustentabilidade econômica, mas especialmente social para os agricultores familiares. Estas estratégias, na sua maioria também se voltaram para a preservação ambiental. Vários órgãos nacionais e internacionais, tanto governamentais como não governamentais (ONGs), passaram a buscar soluções sustentáveis para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, sem que isso passe necessariamente pela implantação de estratégias produtivas ligadas única e exclusivamente à busca de lucratividade.

Salienta-se, porém, que não há ainda uma definição clara e objetiva do que *seja agricultura sustentável*, fator que se torna, em muitos casos, um grave entrave na definição de políticas de desenvolvimento para as regiões agrícolas. Devido à complexidade do tema a idéia de desenvolvimento rural sustentável exige parâmetros mais definidos do que aqueles pensados para a agricultura alternativa⁴. Porém, o que geralmente se vê são políticas que tentam combinar as vantagens e desvantagens das duas vertentes: a convencional⁵ e a alternativa, embora sem sucessos relevantes. Até o momento o debate tanto político, econômico e científico ainda não superou o impasse entre estas duas posições.

Com isso, o esforço em elaborar uma conceituação de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar é um desafio para aqueles que se empenham na busca de uma sociedade mais coerente com os princípios da sustentabilidade definidos no Relatório Brundland, que sugere *ações que promovam a satisfação das necessidades das gerações presentes sem comprometer as possibilidades das gerações futuras*.

³ Considerada neste trabalho como modo de produção.

⁴ Uma nova proposta para a produção agrícola surgida nos anos 70 como forma de aliar a produtividade com tecnologias mais baratas e/ou com menos impacto ambiental.

⁵ Baseada nos parâmetros tecnológicos da denominada “Revolução Verde”.

2 A MODERNIZAÇÃO “DESTRUTIVA” NA AGRICULTURA

De um modo geral, o desenvolvimento da agricultura nos países capitalistas, sejam eles desenvolvidos ou não, se deu de forma semelhante: para fazer frente a uma tendência decrescente dos preços, em termos reais, e contrabalançar a valorização crescente das terras e as altas do custo de produção, a agricultura só encontrou um caminho: modernizar-se, ou seja, recorrer cada vez mais ao emprego de novos processos de produção e o aprimoramento cada vez mais acentuado de recursos tecnológicos. Com isso, o modelo agrícola baseado na exploração do trabalho familiar foi se enredando em processos contraditórios, pois, ao mesmo tempo em que, em teoria, desonerava o agricultor do trabalho braçal penoso, exigia-lhe numa proporção talvez ainda maior, mais produtividade. Enquanto isso, paradoxalmente, ocorria um vertiginoso declínio de sua lucratividade. Notou-se então uma necessidade de aplicação cada vez maior de capital que se refletia em mais benfeitorias, mais insumos industriais, fertilizantes químicos, instrumentos e máquinas, sementes de variedades melhoradas, etc (FRIEDMANH, 1986).

Para Brumer (1999), o fato é que o modelo de desenvolvimento econômico adotado nos países ocidentais nas últimas décadas, baseou-se, em síntese, no aumento da produtividade do trabalho, em especial nos setores primário e secundário, o que provocou uma diminuição no preço dos produtos manufaturados. O resultado dessa trajetória para os agricultores, de um modo geral, foi o aumento da dependência por produtos que não podiam (deveriam!) mais ser produzidos no seu próprio estabelecimento agrícola. Ao mesmo tempo acirrava-se a competitividade de um mercado cada vez mais interligado (globalização) o que ocasionava a queda vertiginosa nos preços pagos aos produtos agrícolas, obrigando a todos os agricultores, principalmente os pequenos dos países periféricos, a aumentarem a escala e o volume de suas produções.

Segundo Brandenburg (1999), a trajetória da modernização na agricultura teve como consequência um dos mais graves desajustes sociais já vistos na história da humanidade. A modernidade causou no setor agrícola ambigüidades antagônicas, principalmente em países periféricos, como o Brasil, pois ao mesmo tempo em que proporcionou melhores condições tecnológicas para produção e um consequente aumento de produtividade, fez com que ocorresse um processo de exclusão humana avassalador, o êxodo rural. Diante disso, o que se observa “no campo” é que apenas os velhos e os jovens “ficaram,” os primeiros por não terem mais perspectivas e os segundos por “ainda” não encontrarem condições para transferirem-se para as cidades.

Para Almeida (1999), no Brasil, este processo foi ainda mais drástico, pois o padrão dominante de desenvolvimento agrícola destruiu, em muitas regiões, todo o tipo de cultura que não servia ao movimento mercantil das agroindústrias.

A essas críticas acrescentam-se ainda aquelas que concernem à subordinação do pequeno agricultor familiar, tanto às indústrias fornecedoras de insumos e implementos, como às agroindústrias, às quais são obrigados a fornecerem seus produtos a preços

estipulados por uma lógica mercantil que depende de vários fatores políticos e econômicos, quase sempre alheios aos seus interesses. Em outras palavras, os agricultores familiares integrados às agroindústrias (fumo, aves, leite, etc.), em troca de uma "pseudo" garantia de comercialização de sua produção, tornaram-se *reféns* do processo de modernização na produção agrícola.

3 AS PECULIARIDADES DA RACIONALIDADE DO AGRICULTOR FAMILIAR

Nesta parte do trabalho, procura-se refletir sobre as especificidades da racionalidade que o espaço sócio-econômico agrário dos agricultores familiares apresenta, especificidades que, se não exclusivas deste setor, limitam até certo ponto a lógica imposta pelo processo mercantil capitalista. Porém, consideramos que a trajetória hegemônica do modelo único expandido nas últimas décadas, por uma *mundialização* na esfera cultural e política e por uma *globalização*, no que diz respeito ao aspecto econômico-técnico, vem destruindo rapidamente os mecanismos tanto de trabalho, como de vida e de sociabilidade que, de um modo geral, eram preservados nos espaços rurais, e em alguns casos também nos urbanos.

Mesmo para aqueles que não tenham a concepção Chaynoviana⁶, ao encarar a realidade do agricultor familiar, não se pode negar que sua racionalidade, mesmo no início do século XXI, em que a economia de mercado parece reger todos os ramos da vida, segue uma estratégia produtiva ainda não conhecida/compreendida pelas ciências sociais (economia, sociologia, geografia, etc).

Ricardo Abramovay, no seu já conhecido *Paradigmas do capitalismo Agrário em Questão*, mostra que o agricultor familiar segue uma racionalidade produtiva coerente a princípios específicos, ainda não totalmente compreendidos pela ciência econômica, ciência que ele usa como exemplo. Desta racionalidade se pode resumir três aspectos básicos:

1º) O maximizador de lucro- O agricultor familiar utiliza insumos não só como forma de obter maior quantidade possível do produto, como também leva em conta o nível relativo de preços no mercado. Desta forma está minimizando custos e maximizando os resultados econômicos de sua produção, em outras palavras, utiliza insumos visando ter um preço final compatível com o mercado.

⁶ Alejandro Chayanov vê três princípios no modelo camponês: a estreita inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo; o trabalho da família avaliado de forma pouco quantificável, já que o objetivo não é o lucro e sim a produção de valores de uso e não valores de troca. Para uma melhor análise ver Chayanov, 1974, em especial Capítulo 1- *La familia campesina y la influencia de su desarrollo en la actividad económica*.

2º) O minimizador de riscos - A produção do agricultor familiar está ligada intimamente à capacidade de subsistência e sobrevivência de sua família, ou seja, enquanto para um empresário rural, uma colheita frustrada representa apenas a perda de um percentual de sua renda, para a família do agricultor familiar um ano "ruim na lavoura", representa a fome e, em certas regiões, muitas vezes até a morte. Portanto, não se pode cobrar do agricultor familiar uma racionalidade estimada em função de seu produto marginal, como usado pelos economistas clássicos nas empresas capitalistas pois as [...]

Incertezas climáticas, imperfeições de mercado, regras sociais impedindo o funcionamento das mais elementares normas da competição perfeita, tudo isso faz com que (ABRAMOVAY, 1991, p. 88).

(...) um camponês otimizador busque algoritmos de sobrevivência e não de maximização (LIPTON, 1968, p. 331, in : ABRAMOVAY, 1991, p. 88).

3º) O Averso à penosidade: Neste item, deve-se ter em mente, a abordagem subjetiva com que se define o equilíbrio econômico da família camponesa, que é específico, numa comparação com empresas tipicamente capitalistas. Esta concepção se resume no contraponto entre o produto marginal do trabalho e seu custo. Uma característica peculiar da produção familiar agrícola sugere que, enquanto as necessidades básicas da família não forem atingidas, há uma maior disposição e até mesmo uma certa propensão a sacrifícios em relação ao trabalho. Quando porém, estas necessidades são alcançadas aumenta, consideravelmente, a aversão à penosidade em relação às tarefas desgastantes. Com isso "[...] as decisões econômicas da família dependem estritamente de seu equilíbrio subjetivo: o valor do trabalho, e dos bens de consumo variam em virtude de se ter ou não atingido a satisfação das necessidades básicas de subsistência" (ABRAMOVAY, 1991, p. 95).

Assim, apesar de sua vinculação com o mercado ser muitas vezes estreita, tal qual uma empresa capitalista, o agricultor familiar não é necessariamente um capitalista:

Pois ele e sua família vivem dos produtos da terra, enquanto que o capitalista clássico pode optar com mais liberdade em que, e como investir seu capital. Também pode demitir empregados quando precisa cortar gastos, já o agricultor familiar não pode excluir os excedentes do processo produtivo pois estes constituem-se na sua própria família (BRUMER, 1999, p. 223).

4 A BUSCA DE UMA AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL

Nota-se que, nas últimas décadas, a tendência imposta pela lógica capitalista em relação aos agricultores familiares, foi contrária a qualquer tipo de atividade agrícola alternativa, pois na sua maioria, eles foram definitivamente incorporados ao sistema de

subordinação à agroindústria e/ou aos monopólios comerciais, na direção de uma especialização produtiva sem margens para iniciativas de pluriculturas e/ou pluriatividades.

Também não se pode esperar iniciativas otimistas de políticas estatais, pois de um modo geral, a lógica hegemônica capitalista atual, neste sentido, foi de forçar o abandono dos Estados como agentes financiadores de alternativas, que não visassem a obtenção de lucros, tanto no mercado interno como, na maioria das vezes, nos mercados internacionais (OLIVEIRA, 1995).

O fato é que se torna imprescindível a criação de estratégias, que compatibilizem simultaneamente a viabilidade econômica e a equidade social, com a autonomia política e a prudência ecológica, vistas como um único projeto de desenvolvimento rural sustentável. É válido lembrar também, que apesar dos diversos contratemplos econômicos enfrentados pelo agricultor familiar, nos últimos anos, é da excepcional capacidade de adaptação que vem sua "habilidade" de resistir ao "jogo" dialético do sistema hegemônico capitalista. Dito isto, levaremos em conta três estratégias, que se não novas e únicas, passaram, a partir das últimas décadas, a serem incorporadas com frequência nos trabalhos que visam a sustentabilidade da agricultura familiar. São elas: a pluriatividade, a agroecologia e o associativismo

4.1 A "solução" não agrícola: a pluriatividade⁷

Ainda é cedo para afirmar que a pluriatividade possa vir a se tornar a solução definitiva para as famílias dos agricultores familiares em todos os casos, embora já se possa visualizar, em algumas regiões do mundo, que esta passou a ser uma das estratégias que melhor têm conseguido manter a capacidade de reprodução social e econômica das famílias dos pequenos agricultores familiares. Por exemplo, em muitos países, principalmente da Europa ex-comunista (Polônia e ex-Iugoslávia), tanto o *part-time* como a *pluriatividade*, vêm sendo consideradas como uma possibilidade de acesso das mulheres agricultoras à seguridade social, benefício que, muitas vezes, nem os homens possuem (SCHNEIDER, 1999).

Esta incorporação do trabalho da mulher, em atividades não-agrícolas, cresceu a partir da intensificação dos processos de descentralização industrial, estratégia que começa a difundir-se entre as regiões com cidades de origem agrícola, em que industrialização surgiu em um período mais recente⁸. Também nota-se, nestas regiões, uma nova perspectiva para os filhos dos agricultores que, nos últimos anos, se viam desmotivados em permanecerem no meio rural, devido principalmente a fatores como: o preconceito,

⁷ Há ainda uma polêmica sobre a noção de pluriatividade, principalmente pelas dicotomias e diferenciações entre *full-time* e *part-time*, noções que são aplicadas em alguns contextos e países e nem sempre podem ser incorporadas em todas as regiões. Para maiores detalhes ver Tedesco, 1999.

⁸ Uma análise deste processo pode ser vista em Schneider, 1999, que trata da descentralização industrial na região denominada colônia velha (Grande Novo Hamburgo) do Rio Grande Sul.

o baixo nível de renda e a penosidade do trabalho na agricultura.

Para Schneider (1999), a produção flexível e a descentralização das plantas industriais, nas últimas décadas, podem ser apontadas como uma das causas de transformação no setor agrícola em muitas regiões, devido principalmente a dois fatores: o significativo aumento do trabalho temporário realizado na própria residência, principalmente em momentos de pico da produção industrial e a absorção, cada vez maior, de trabalhadores residentes no meio rural. Além disso, é cada vez maior o número de propriedades rurais em que algum membro da família está ligado a atividades não tipicamente agrícolas, como o turismo rural, o artesanato, a prestação de serviços, o comércio, o lazer, etc. Muitos pesquisadores do setor estão extremamente otimistas com esta nova perspectiva para um futuro próximo. Estes consideram que...

O espaço rural deixará de ter como função exclusiva à produção agrícola, passando a ser um espaço polissêmico em que coexistem atividades econômicas de natureza diversa como a própria agricultura [...]. O conjunto dessas atividades tem sido descrito como "neo-ruralismo" e "renascimento rural" (MINGIONE e PUGLIESE, 1987; FONT, 1988; e KAYSER, 1988, 1990 e 1991 in SHNEIDER, 1999, p. 1886).

Contudo, na maioria dos casos, a pluriatividade ainda não remunera o suficiente para que a família do agricultor possa abandonar a produção primária. Não obstante, nota-se também que mesmo que a pluriatividade, em muitas regiões, tenha manifestado certa segurança econômica, persiste entre os agricultores um receio de se desfazer da terra. Esta, além de possuir um caráter especial no imaginário destes agricultores⁹, passa a ser a garantia de sua subsistência, caso perca o emprego. Com isso, nota-se que muitos dos "agricultores pluriativos" permanecem, de alguma forma, ligados a atividades agrícolas.

4.2 A Agroecologia: a busca produtiva de uma agricultura sustentável

Não seria exagero afirmar que as estratégias de desenvolvimento convencionais aplicadas na agricultura dos países periféricos foram limitadas na promoção de um desenvolvimento equânime e sustentável, pois não conseguiram nem diminuir a fome da população mais pobre, nem acabar com as condições precárias dos pequenos agricultores familiares, e menos ainda, tiveram reflexos na preservação e conservação do meio ambiente. O "pacote" tecnológico da denominada Revolução Verde foi, na maioria das vezes, inadequado às condições agroecológicas e sócio-econômicas específicas existentes em cada região.

⁹ É notório a ligação quase "fraternal" que os agricultores familiares, principalmente do sul do Brasil, têm com a terra, o que os motiva a não desfazer-se dela, mesmo com o surgimento de novas perspectivas econômicas.

Para Altieri (2000): "A crise agrícola-ecológica existente hoje, na maior parte do Terceiro Mundo, resulta do fracasso do paradigma dominante de desenvolvimento" (ALTIERI, 2000, p. 15).

A perspectiva de Altieri (2000), para a expansão e o sucesso da agroecologia, reside justamente na reconhecida inaptabilidade que os agricultores familiares tiveram, para incorporarem estratégias produtivas com técnicas convencionais (insumos e maquinário). Já a agroecologia, segundo ele, se trata de uma estratégia coerente com os princípios tanto culturais, políticos e econômicos, oriundos da própria formação histórica de cada região, fator que favorece sua implantação entre os agricultores familiares dos países mais pobres, pois, além da preservação e ampliação dos agrossistemas que, para Altieri, é o primeiro princípio utilizado "[...] para produzir auto-regulação e sustentabilidade" (ALTIERI, 2000, p. 19), a agroecologia promove ainda, os conhecimentos e a experiência que os agricultores da região possuem sobre as peculiaridades ambientais do lugar onde vivem¹⁰.

Uma das críticas mais usuais contra os "agroecologistas" (defensores de práticas agrícolas agroecológicas), é a inviabilidade econômica da produção ecológica, devido a seus altos custos com o controle de pragas. Estas críticas encontram respaldo, tanto entre pesquisadores como, e principalmente, na opinião pública, devido a total desconsideração que ainda se tem com o *capital natural* de cada lugar (ecossistemas), pois, para as análises econômicas ortodoxas, os bens naturais ainda podem ser usados sem que se considerem as várias perdas ambientais, que as práticas produtivas convencionais vêm provocando ao meio ambiente. Para contrapor esta afirmação Altieri afirma, peremptoriamente, que:

As práticas de produção conservadoras de recursos podem concorrer econômica e financeiramente com as convencionais. Quando é apresentado um quadro mais nítido da produtividade agrícola, incluindo os custos e benefícios dos recursos, as práticas que conservam ou aumentam os bens naturais são economicamente tão boas ou melhores que as práticas dominantes (ALTIERI, 2000, p. 93) (grifo nosso).

Considerando que a sustentabilidade agrícola pode ser definida, de um modo geral, como a atividade econômica capaz de suprir as necessidades presentes, sem restringir as opções para o futuro. Ou, dito de outra forma, os recursos naturais que serão necessários para o futuro, não podem ser esgotados na satisfação de consumo do presente. Será só através da compreensão profunda dos ecossistemas rurais, que envolvem os sistemas agrícolas de cada região, que se chegará a medidas coerentes com uma agricultura realmente sustentável. Portanto, a agroecologia apresenta-se como uma nova e dinâmica ciência, que fornece os princípios ecológicos básicos para o tratamento de ecossistemas, tanto no que se refere à produtividade agrícola, como com a preservação dos recursos naturais.

¹⁰ Para uma análise mais acurada desta questão ver Altieri (2000) em especial o item: A natureza complexa do conhecimento etnoecológico dos agricultores- p.26 à 32-

4.3 O Associativismo: a união como uma estratégia "competitiva"

Na busca de explicações para as diferentes trajetórias de desenvolvimento das regiões, muitas vezes de um mesmo país e/ou muito próximas, incorporou-se nos últimos anos, tanto por alguns cientistas e políticos, como também por instituições internacionais de desenvolvimento, o termo *Capital Social* (ABRAMOVAY, 2000). Esta nova noção do comportamento individual de membros de uma mesma estrutura social permite visualizar que nem sempre o funcionamento deste sistema consiste na combinação das ações independentes desses indivíduos. Dito de outra maneira, as metas individuais nem sempre seguem racionalidades isoladas e egoístas, mas sim comportamentos e ações associativas que beneficiam a coletividade.

Putnam (1996) afirma que capital social é uma variedade de diferentes entidades, que possuem características facilitadoras de ações individuais, que por sua vez estão inseridas no interior da estrutura social local. Sendo assim, esta "entidade" pode se tornar produtiva, quando permite atingir objetivos específicos, que não seriam alcançados se, por ventura, não estivesse presente.

Um dos exemplos mais práticos desta nova conjuntura, pode ser visto em projetos incentivados por algumas entidades financeiras brasileiras, na sua maioria estatais, que prevêem facilidade de acesso a recursos bancários para membros associados de uma comunidade rural, que individualmente lhes seriam negados¹¹. Assim, a relação amizade e/ou parentesco entre indivíduos de uma mesma estrutura social, serve como estratégia de credibilidade, que propicia acesso a recursos de crédito, que podem vir a facilitar a geração de renda.

Destarte, considera-se que esta política ainda é tímida. Na sua maioria os sistemas de crédito bancários, principalmente em instituições privadas, ainda não possuem mecanismos capazes de incorporar no processo de financiamento a "concepção subjetiva" do denominado capital social. Além, disso os créditos agrícolas, de um modo geral, são destinados para proprietários rurais com extensões de terras bem acima das áreas dos "convencionais" agricultores familiares. Ou seja, os grandes latifundiários possuem maiores facilidades para conseguir financiamentos bancários, do que os agricultores familiares com extensões pequenas de terras, mesmo que estes se mostrem, muitas vezes, bem mais produtivos do que os primeiros.

O sistema financeiro internacional¹², também ainda não consegue incorporar nas suas políticas econômicas as relações sociais de uma certa estrutura local comunitária, como fundo de aval. Porém, já é visível que as organizações associativas conseguem, por meios de estratégias específicas, formas de gerarem benefícios que se revertem em

¹¹ O Pronaf- Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar, por exemplo, possui na sua concepção original a estratégia associativista para o financiamento de agricultores familiares, para uma abordagem mais detalhada ver Delevati, 1999.

¹² Uma crítica deste sistema pode ser vista em Yunus, 2000, que traz um entusiasmado relato do sistema do microcrédito, que segundo ele, visa antes de tudo garantir o "direito a vida" dos mais pobres.

desenvolvimento sócio econômico. Um dos exemplos é a compra de máquinas agrícolas de forma coletiva, que servem a vários pequenos produtores, sem que nenhum tenha que se responsabilizar, individualmente, pelo valor total da máquina. Nestes casos, os agricultores familiares compartilham referências de solidariedade interna e cooperação comunitária, que lhes possibilitam maior competitividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que as perguntas iniciais deste trabalho ainda não poderão ser respondidas. Nem muito menos se esgota o tema. Mas o que se pode precisar, com uma certa fidedignidade, é o fato de que às estratégias de sobrevivência e resistência, até agora vistas entre os agricultores familiares, poderão vir se tornar um alento para uma nova perspectiva social e econômica na construção de uma sociedade baseada não só em uma racionalidade economicista, mercantil, descontrolada e excludente, como a atual, mas sim em valores ligados às palavras do Mestre Polanyi, ao “*direto da vida*”.

Numa abordagem otimista sobre o futuro da agricultura familiar, Jean (1997), considera que a sobrevivência da produção familiar, durante milênios, se deve a sua extraordinária capacidade em incorporar inovações técnicas pois: “Aquilo que no início do século se acreditava ser do alcance unicamente da grande exploração, foi finalmente melhor integrado pelas pequenas explorações [...]” (JEAN, 1997, p. 43).

Já Graziano da Silva (1997), mesmo que menos otimista, acredita que para se ter uma agricultura familiar sustentável não bastará se ter apenas a concepção exclusiva de criação de práticas produtivas alternativas. Para ele, a agricultura familiar deverá ser um movimento, que acima de tudo crie no meio rural uma nova consciência social. Para isso é necessário produzir “[...] novos valores filosóficos, morais e até mesmo religiosos na gestão de novos conceitos jurídicos, enfim na produção de novas formas *políticas e ideológicas*” (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 106) (Grifos do autor).

Destarte, acredita-se que os agricultores familiares, pelas suas peculiaridades “extra-econômicas”, estejam mais próximos de incorporarem, nas suas atividades produtivas, uma racionalidade que possua uma sustentabilidade social e ecológica, coerente com as sugeridas no Relatório Brundland.

Juntamo-nos aqui à crença daqueles que acreditam ser urgente investir em pesquisas (tradicionais ou não), que venham a ter resultados mais concretos e alinhados com a realidade dos agricultores familiares de cada local, principalmente em países emergentes, como o Brasil. Para isso, alguns campos de pesquisa já estão dados, como: a agroecologia, no campo da ciência básica e no campo aplicado; a orientação das políticas públicas, visando a imposição de medidas fiscais não apenas punitivas, mas que também encorajem o uso de práticas sustentáveis. Ainda, para o caso brasileiro, incorporamo-nos à expectativa de Graziano da Silva, que acredita que “[...] é através da democratização das

políticas públicas que se pode caminhar na construção de um processo de desenvolvimento que seja sustentável não apenas do ponto de vista ecológico e mais equitativo do ponto de vista social e econômico, mas principalmente sustentável do ponto de vista político” (GRAZIANO SILVA, 1997, p. 109).

6 REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. *Agroecologia - A dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 2. ed., Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo agrário em questão*. Campinas: Hucitec/ Editora da Unicamp, 1991.
- _____. O Capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: *Economia Aplicada*, vol. 4, n. 2, abril/junho, 2000.
- BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.
- BRUMER, A. Qual a “vocação” produtiva da agricultura familiar? Globalização, produção familiar e trabalho na agricultura gaúcha. In: TEDESCO, J. C (org.) *Agricultura Familiar realidades e perspectivas*, Passo Fundo: Edupf, p. 219-249, 1999.
- CHAYANOV, A. A. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos aires: Nueva Visión, 1974 (primeiramente publicado em Moscou, em 1925).
- DELEVATI, D. M. *As contribuições para o Desenvolvimento da Agricultura familiar de projetos de desenvolvimento Rural - O caso do projeto PRORENDA*. Dissertação de Mestrado. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, 1999.
- FRIEDMANH, H. Family enterprises in agriculture: structural limits and political possibilities. In: COX, G., LOWE, O. E WINTER, M. *Agriculture, people and politics*. London: Allen and Unwin, 1986.
- JEAN, Bruno. A Forma Social da Agricultura Familiar Contemporânea: Sobrevivência ou Criação da Econômica Moderna. In: *Cadernos de Sociologia 6*. Porto Alegre: PPGS/ UFRGS, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp, IE, 1996.
- _____. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social. IN ALMEIDA, J. A. & NAVARRO, Z (org.) *Reconstruindo a agricultura – idéias e perspectiva de desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1997.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Trad.: C. de Iperoig, 3. ed., São Paulo, 1980.

POLANYI, K. *A grande transformação - As origens da nossa época*. Tradução de Fanny Wrobel, 2 ed., Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia- a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.

SHNEIDER, S. *Agricultura Familiar e industrialização - Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

YUNUS, Muhammad (Com Alan Jolis). *O Banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2000.

Recebido para publicação em 25/02/03

Aceito para publicação em 23/05/03